



O SisPAE COMO FERRAMENTA DA GESTÃO PÚBLICA¹

Cassio Vale²

Universidade Federal do Pará - UFPA

(E-mail: cassiovale07@yahoo.com.br)

Resumo

Trata-se de um texto sobre o Sistema Paraense de Avaliação Educacional (SisPAE) utilizado pela gestão pública do Estado do Pará (governo) como o objetivo de analisar qual seu papel na elevação dos índices educacionais dentro do “Pacto pela Educação do Pará”. Para isso foi realizado um estudo bibliográfico e documental onde se constatou que esse Sistema está em consonância com avaliações internacionais que avaliam a qualidade da educação por meio das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, o que compromete, em parte, os resultados alcançados sobre o diagnóstico da realidade. Do conjunto das análises, defende-se a importância das avaliações educacionais realizadas pelo Estado para dar alguns apontamentos, mas elas não podem ser exclusivamente parâmetros de qualidade que precisam ir além dos índices quantitativos.

Palavras-chave: Política Pública Educacional; Gestão Pública; SisPAE.

DELIMITANDO A DISCUSSÃO

O texto tem como propósito analisar qual o papel do Sistema Paraense de Avaliação Educacional (SisPAE) utilizado pelo governo paraense para elevar os índices educacionais por meio da atual grande política na educação do Estado que é “Pacto pela Educação do Pará” e para isso foi realizado um breve estudo bibliográfico e documental sobre o objeto em questão.

O PAPEL DA GESTÃO PÚBLICA

A gestão pública deve prezar pelo bem-estar social com possibilidades iguais a todos, fazendo uso de estratégias e ferramentas para alcançar esse fim. No Brasil, existem, pelo menos, três tipos de gestão da coisa pública de acordo com Brasil (1995) que são: patrimonialista, burocrática e gerencial com destaque para esta última que vem sendo estimulada pelo discurso oficial como a melhor a ser usada na esfera pública.

¹ Decorre de pesquisas realizadas no Grupo de estudos e pesquisas Observatório de Gestão Escolar Democrática (Observe) da Universidade Federal do Pará (UFPA);

² Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Pará (PPGED/UFPA), na linha de políticas públicas educacionais e membro do grupo de estudos e pesquisas Observatório de Gestão Escolar Democrática (Observe);



ABRAETETUBA-PA

A administração pública gerencial constitui um avanço e até um certo ponto um rompimento com a administração pública burocrática. Isto não significa, entretanto, que negue todos os seus princípios. Pelo contrário, a administração pública gerencial está apoiada na anterior, da qual conserva, embora flexibilizando, alguns dos seus princípios fundamentais, como a admissão segundo rígidos critérios de mérito, a existência de um sistema estruturado e universal de remuneração, as carreiras, a avaliação constante de desempenho, o treinamento sistemático (BRASIL, 1995, p.16).

Sendo os três modelos de usados na gestão pública, historicamente, é possível perceber que características de cada uma são encontradas ao longo da história e a partir da reforma do Estado nos anos 1990 a gerencial vem sendo considerada a melhor forma de administrar o País, segundo os discursos oficiais. Aqui, se faz necessário analisar o que a Constituição Federal (CF) de 1988 nos diz sobre a administração pública. Em seu Art. 37, afirma que:

A administração pública direta, indireta ou funcional, de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade.

Sobre tais princípios, Ferreira (2001) e Moretto Neto (2012) nos ajudam a caracteriza cada um deles:

- ✓ Legalidade: Conforme a lei, exercer serviços de qualidade observando os critérios legais sempre com excelência. Realizar apenas o que é autorizado por lei;
- ✓ Impessoalidade: Que não se refere ou não se dirige a uma pessoa em particular, mas às pessoas em geral e ao mesmo tempo ser sensato, “gerar confiança diante dos usuários de maneira geral” (MORETTO NETO, 2012, p.20);
- ✓ Moralidade: O ato de seguir princípios morais do conjunto de regras de conduta ou hábitos julgados válidos quer de modo absoluto, que para grupo ou pessoa determinada; e
- ✓ Publicidade: Qualidade do que é público, divulgar ações realizadas, tornar de conhecimento do público, ou seja, administrar sempre com transparência. Além de que tal publicidade deve ser realizada em uma linguagem acessível a qualquer pessoa da sociedade civil independente de seu nível de escolaridade, pois alguns termos técnicos usados em documentos oficiais são compreendidos apenas por profissionais da área de áreas correspondentes da Administração, Economia e Direito, por exemplo.

Tais princípios são fundamentais para se realizar uma coerente e eficaz administração no setor público que representa ou deveria representar os interesses da

Realização



Organização:





maioria da população que paga impostos e elege representantes para administrar os valores dos impostos e os reverter em serviços que beneficiem a população.

De modo amplo podemos entender administração pública como: sistema de governo e conjunto de ideias, atitudes, normas, processos, instituições e demais formas de conduta humana que determinem o exercício da autoridade política, com o objetivo de atender aos interesses públicos e de avaliar as ideias e as atitudes dos gestores e dos servidores públicos no exercício de suas atividades. A administração pública compreende, ainda, as normas e os processos que regem o exercício, os direitos e os deveres dos servidores em quaisquer setores e instituições criados para intermediar o processo de prestação de amplos serviços ao cidadão (MORETTO NETO, 2012, p.14).

As políticas públicas, em especial, as da educação atualmente são definidas pelo Estado com finalidades de promoção do desenvolvimento econômico, o que deve ser combatido porque a educação não deve estar alinhada aos interesses do capital que a utiliza por meio de alguns discursos disfarçados de melhorias sociais, pois o

Estado continua beneficiando o grande capital de diferentes modos, com financiamentos milionários ao lado de um intenso processo de privatização disfarçada, nebulosa. No caso particular da educação, não conseguimos perceber melhorias de qualidade efetivas. Só vimos expandir o culto à avaliação em larga escala, uma corrida incessante por resultados quantitativos, por meio da elevação dos indicadores educacionais (SANTOS, 2014, p. 236).

Percebemos que algumas vezes as avaliações educacionais estão sendo utilizadas pela gestão pública como elemento de respostas às demandas do capital e não como mecanismo de oriundo de possíveis melhorias da educação em si, ou seja, a avaliação passa a ser realizada em função de interesses da economia.

O SisPAE NO PACTO PELA EDUCAÇÃO DO PARÁ

O “Pacto pela Educação do Pará³” é uma iniciativa do governo estadual lançado em março de 2013 e tem como principal objetivo elevar resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em 30% até o ano de 2017. Consiste em um movimento liderado pelo governo do estado que procura estabelecer parcerias com diferentes setores da sociedade, tais como: comunidade escolar, artistas, bancos e a iniciativa privada como o objetivo de promover a melhoria da qualidade da educação.

Na procura de consolidar um sistema de educação no Pará foi criado no ano de 2015 o SisPAE⁴ que é um programa de avaliação permanente aplicado nas escolas paraenses que serve como guia das ações do governo e da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) para tomar decisões de políticas públicas. Tem o propósito de

³ <http://www.pactoeducacaopara.org/pacto>

⁴ <http://www.sispaecaedufjf.net/>



Orientar o planejamento das Secretarias Municipais e da Estadual com diagnóstico sobre

ensino, gestão e a realidade socioeconômica de cada escola, visto que, a partir dos seus dados que são recolhidos anualmente nas escolas públicas de cada município é possível ter um panorama da situação que, posteriormente, será analisada pelo governo.

De acordo com *site* do SisPAE, esse mecanismo de avaliação e as ações implementadas na educação paraense decorrem de esforços de uma mobilização social que inclui boa parte da sociedade civil, OSCIP's (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), empresas privadas numa parceria denominada pelo Secretário de Educação, na época, José Seixas Lourenço de “Aliança público-privada”.

O Portal SISPAE é mais um mecanismo de comunicação com todos aqueles que de uma forma ou de outra, estão envolvidos no desafio de construir e fortalecer uma efetiva parceria por meio do Pacto pela Educação do Pará. Tem a finalidade de apresentar midiaticamente os resultados do processo de avaliação do SISPAE anualmente, por escola, município e regiões do Estado, comparando-os com os resultados nacionais. Apresenta-se como uma estratégia de parametrização dos esforços nas diferentes ordens e que envolvem sistemas, escolas, empresas, universidades, organizações sociais, artistas, igrejas e sociedade em torno da inadiável tarefa de melhorar os resultados da educação pública no Pará (LOURENÇO, 2015, p.3).

Tal Sistema, de acordo com a SEDUC do Pará avalia pontos referentes ao processo de ensino e aprendizagem para assim ajudar a criar estratégias para melhorar a qualidade das políticas educacionais da educação básica paraense com o propósito de ajudar a alcançar as metas do “Pacto pela Educação do Pará”.

O SisPAE, enquanto sistema de avaliação, atende ao objetivo de avaliar o desempenho dos estudantes matriculados nas redes públicas estadual e municipal de ensino, assim como relevar os efeitos decorrentes dos fatores contextuais na média de proficiência observada nas duas áreas avaliadas, a saber, Língua Portuguesa e Matemática. Os resultados da avaliação propiciam a realização de estudos, reflexões e análises pedagógicas dos indicadores que, por sua vez, auxiliam dirigentes estaduais e municipais na tomada de decisões e definição de políticas públicas visando a melhoria do sistema educacional paraense (SISPAE, sd, sp)⁵.

Não é de se estranhar que tal sistema esteja em consonância com avaliações internacionais como o *Programme for International Student Assessment* (PISA)⁶ e outras similares que mensuram a qualidade educacional em duas disciplinas que são Língua Portuguesa e Matemática e esquecendo das Artes que apresentam e/ou ampliam o mundo mais sensível dos estudantes, a Sociologia que trás reflexões sobre a vida em sociedade e a Filosofia que estimula o pensamento crítico que deve ser a finalidade na escola. Segundo Freitas (2017) esse privilégio por duas disciplinas nas avaliações está

⁵ www.sispae.vunesp.com.br/default.aspx

⁶ <http://portal.inep.gov.br/pisa>

Realização



Organização:





propiciando o estreitamento curricular ao não dar o devido destaque para outras disciplinas que juntas ajudam na formação plena dos alunos.

No SisPAE, o destaque pelas disciplinas pode ser observado nas revistas pedagógicas que são disponibilizadas *on line* contendo diagnóstico dos resultados de cada ano comparando com anos anteriores. Assim, ocorre um monitoramento e instrução para que a comunidade escolar também faça parte dessa cultura de acompanhamento contínuo dos resultados escolares.

Todo profissional da educação trabalha com metas. Um professor alfabetizador, por exemplo, possui uma meta muito clara: alfabetizar o grupo de estudantes que estão em sua sala de aula no período letivo em questão. Um gestor escolar, por sua vez, pode estabelecer como meta melhorar a qualidade do ensino oferecido por sua escola. Os exemplos se reproduzem conduzidos pela mesma estrada: não há educação sem metas. Elas nos dão um horizonte para onde olharmos.

Para que metas sejam estabelecidas e alcançadas, é preciso acompanhar os processos que permitem seu alcance. Assim, se o objetivo é melhorar a qualidade da educação, é necessário que os fatores estabelecidos para que essa melhoria possa, de fato, acontecer, sejam monitorados. Para isso, é preciso avaliar (SisPAE, sp, sd).

ALGUNS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES

Dentro da discussão apresentada foi possível relembrar algumas características essenciais para uma eficaz gestão pública que deve prezar em propor condições iguais para todos na sociedade, em especial, quando se trata da educação que tem papel de destaque nas políticas públicas.

Na educação paraense, a gestão pública via governo estadual lançou o “Pacto pela Educação do Pará” com a principal finalidade de elevar os índices do IDEB e para isso realiza parcerias com vários setores sociais e propõe a cultura do monitoramento e avaliação contínua por meio do SisPAE.

O papel do Sistema Paraense de Avaliação Educacional é essencial segundo o discurso oficial porque é por meio dele que se tem um diagnóstico da situação dos alunos no ensino fundamental e médio, principalmente, na proficiência em Português e Matemática.

Há o endeuçamento aos índices educacionais via SisPAE que são tidos como parâmetro de qualidade da educação, o que discordamos em parte, porque as avaliações e monitoramentos realizados pelos governo são importantes para dar direção sobre a situação da realidade e tentar alterar o que não estiver bem, mas deve estar alinhada à outros fatores para se ter um diagnóstico mais próximo da realidade. Avaliar é necessário para avançarmos onde tal avanço deve ir além dos índices quantitativos!

Realização



Organização:





O SisPAE propõe uma cultura de monitoramento dos resultados escolares o que se torna peça fundamental para atingir as metas do “Pacto pela Educação do Pará”, mas criticamos a não abrangência de outras disciplinas curriculares também essenciais para a emancipação dos alunos com raciocínio crítico, além do que a avaliação não leva em conta as condições objetivas em que se realiza o ensino-aprendizagem nas unidades educacionais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ministério da Administração e da Reforma do Estado**. Brasília, 1995

FERREIRA, A. B. de H. **Dicionário da língua Portuguesa**. Editora Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 2001.

FREITAS, L. C. **O que medem os exames?**. 2017. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.com/2017/08/14/o-que-medem-os-exames/>. Acesso em 25 set. 2017.

INEP. **O que é o PISA**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/pisa>. Acesso em 25 set. 2017.

LOURENÇO, J. S. **Carta do Secretário**. Belém, 2015. Disponível em: <http://www.sispae.caedufjf.net/carta-do-secretario/>. Acesso em: 07 jan. 2015

MORETTO NETO, L. **Gestão pública**. Editora Fundação Boiteux. Florianópolis-SC, 2012.

PACTO PELA EDUCAÇÃO DO PARÁ. **O que é o pacto pela educação do Pará?**. Disponível em: <http://www.pactoeducacaopara.org/pacto>. Acesso em 24 de set. 2017.

PARÁ. **SisPAE**. Disponível em: <https://sispae.vunesp.com.br/>. Acesso em 24 de set. 2017.

PARÁ. **Avaliação em larga escala no Pará: metas e compromisso com a qualidade da educação**. Disponível em: <http://www.sispae.caedufjf.net/>. Acesso em 25 de set. 2017.

SANTOS. T. F. A. M; **Educação e Desenvolvimento: que relação é essa?** Trabalho & Educação | Belo Horizonte | v.23 | n.1 | p. 219-238 | jan-abr | 2014. Disponível em: <https://seer.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/7690/5932>. Acesso em 06 out. 2017.

Realização



Organização:

